

Gestão 2018-2020

Procurador-Geral de Justiça
Paulo Cezar dos Passos
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico
Humberto de Matos Brittes
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo
Helton Fonseca Bernardes
Procurador-Geral Adjunto de Justiça de Gestão e Planejamento Institucional
Olavo Monteiro Mascarenhas
Corregedor-Geral do Ministério Público
Marcos Antonio Martins Sottoriva
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público
Antonio Siufi Neto

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Procurador de Justiça <i>Sérgio Luiz Morelli</i>	Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Ricciotti</i>	Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>
Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>	Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrainer</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siufi Neto</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Gilberto Robalinho da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cezar dos Passos</i>
Procurador de Justiça <i>Miguel Vieira da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Jaceguara Dantas da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Ávila</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Sérgio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Júnior</i>	Procurador de Justiça <i>Alexandre Lima Raslan</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	

EXPEDIENTE EXTERNO:

De 2ª à 6ª feira, das 08 às 11 e 13 às 18 horas.

DISQUE DENÚNCIA

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2091 e-mail: caocrim@mpms.mp.br

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos

Direitos Humanos

(67) 3318-2160 e-mail: caopjcdcdh@mpms.mp.br

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

PORTARIA Nº 1095/2019-PGJ, DE 1º.4.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Procurador de Justiça Humberto de Matos Brittes, atualmente exercendo o cargo de Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico, 5 (cinco) dias de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, realizada nos períodos de 27.8 a 3.9 e 10 a 17.9.2018, a serem usufruídos nos dias 22, 23, 24, 25 e 26.4.2019, nos termos dos artigos 3º, 6º e 7º-A, inciso I, da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1102/2019-PGJ, DE 2.4.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, *ad referendum* do Colégio de Procuradores de Justiça,

R E S O L V E :

Conceder ao Procurador de Justiça Marcos Antonio Martins Sottoriva, atualmente exercendo o cargo de Corregedor-Geral do Ministério Público, 1 (um) dia de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, realizada no período de 12 a 19.11.2018, a ser usufruído no dia 29.3.2019, nos termos dos artigos 3º, 6º e 7º-A, inciso I, da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1084/2019-PGJ, DE 29.3.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Estabelecer a Escala de Plantão dos Promotores de Justiça, referente ao mês de abril de 2019, nos termos do § 1º do artigo 3º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015, e da Resolução nº 20/2012-PGJ, de 5.6.2012, conforme segue:

PERÍODO DO PLANTÃO	PROMOTORIA DE JUSTIÇA	PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA	TELEFONE DO PLANTÃO
REGIÃO 1 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE FÁTIMA DO SUL, GLÓRIA DE DOURADOS, DEODÁPOLIS, IVINHEMA E ANGÉLICA			
6 e 7.4.2019	2ª PJ de Ivinhema	Juliana Martins Zaupa	99825-9158
13 e 14.4.2019	PJ de Deodápolis	Anthony Allison Brandão Santos	99312-5568
18 a 21.4.2019	1ª PJ de Ivinhema	Daniel do Nascimento Britto	98478-2040 99645-7680
27 e 28.4.2019	PJ de Glória de Dourados	Andréa de Souza Resende	99933-8637
REGIÃO 2 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE RIO BRILHANTE, ITAPORÃ E NOVA ALVORADA DO SUL			
6 e 7.4.2019	2ª PJ de Rio Brilhante	Rosalina Cruz Cavagnolli	98478-2024
13 e 14.4.2019	PJ de Itaporã	Radamés de Almeida Domingos	99826-2127 99905-8114
18 a 21.4.2019	2ª PJ de Rio Brilhante	Rosalina Cruz Cavagnolli	98478-2024
27 e 28.4.2019	1ª PJ de Rio Brilhante	Jorge Ferreira Neto Júnior	98478-2317

REGIÃO 3 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE NOVA ANDRADINA, BATAYPORÃ E ANAURILÂNDIA			
6 e 7.4.2019	2ª PJ de Nova Andradina	Paulo Leonardo de Faria	98478-2048
13 e 14.4.2019	3ª PJ de Nova Andradina	Fabricio Secafen Mingati	98478-2027
18 a 21.4.2019	PJ de Anaurilândia	Allan Thiago Barbosa Arakaki	99866-7689
27 e 28.4.2019	PJ de Batayporã	Bianka Machado Arruda Mendes	99922-9568
REGIÃO 4 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE SIDROLÂNDIA E MARACAJU			
6 e 7.4.2019	1ª PJ de Maracaju	Simone Almada Goes	98478-2297
13 e 14.4.2019	3ª PJ de Sidrolândia	Clarissa Carlotto Torres	98478-2389
18 a 21.4.2019	2ª PJ de Sidrolândia	Janeli Basso	98478-2025
27 e 28.4.2019	1ª PJ de Sidrolândia	Daniele Borghetti Zampieri de Oliveira	98478-2106
REGIÃO 5 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE SETE QUEDAS, IGUAATEMI, ELDORADO E MUNDO NOVO			
6 e 7.4.2019	PJ de Sete Quedas	Gilberto Carlos Altheman Júnior	99312-3890
13 e 14.4.2019	1ª PJ de Mundo Novo	Lenize Martins Lunardi Pedreira	99662-7952
18 a 21.4.2019	PJ de Eldorado	Gustavo Henrique Bertocco de Souza	99312-6077
27 e 28.4.2019	2ª PJ de Mundo Novo	Karina Ribeiro dos Santos Vedoatto	98462-9219
REGIÃO 6 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE CAARAPÓ, NAVIRAÍ E ITAQUIRAÍ			
6 e 7.4.2019	2ª PJ de Caarapó	Arthur Dias Junior	99912-6912
13 e 14.4.2019	1ª PJ de Naviraí	Paulo da Graça Riquelme de Macedo Junior	99977-4355
18 a 21.4.2019	2ª PJ de Naviraí	Daniel Pivaro Stadniky	99963-0050
27 e 28.4.2019	1ª PJ de Caarapó	Fernanda Rottili Dias	99980-3294 98478-2066
REGIÃO 7 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE AMAMBAI E PONTA PORÃ			
6 e 7.4.2019	1ª PJ de Amambai	Nara Mendes dos Santos Fernandes	98478-2068
13 e 14.4.2019	2ª PJ de Ponta Porã	Patrícia Almirão Padovan	99985-9192
18 a 21.4.2019	1ª PJ de Amambai	Nara Mendes dos Santos Fernandes	98478-2068
27 e 28.4.2019	4ª PJ de Ponta Porã	Gabriel da Costa Rodrigues Alves	98108-2131
REGIÃO 8 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE AQUIDAUANA, MIRANDA, TERENOS, ANASTÁCIO E DOIS IRMÃOS DO BURITI			
6 e 7.4.2019	3ª PJ de Aquidauana	Antenor Ferreira de Rezende Neto	99958-4545
13 e 14.4.2019	1ª PJ de Aquidauana	Angelica de Andrade Arruda	99976-5554
18 a 21.4.2019	PJ de Dois Irmãos do Buriti	Mateus Sleiman Castriani Quirino	99312-5798
27 e 28.4.2019	1ª PJ de Aquidauana	Angelica de Andrade Arruda	99976-5554
REGIÃO 9 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE RIO VERDE DE MATO GROSSO, COXIM, PEDRO GOMES E SONORA			
6 e 7.4.2019	2ª PJ de Coxim	Daniella Costa da Silva	98478-2397
13 e 14.4.2019	3ª PJ de Coxim	Victor Leonardo de Miranda Taveira	99933-4292
18 a 21.4.2019	1ª PJ de Coxim	Marcos André Sant'Ana Cardoso	99933-7533
27 e 28.4.2019	PJ de Pedro Gomes	Adriano Barrozo da Silva	99312-3965
REGIÃO 10 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE COSTA RICA, CHAPADÃO DO SUL E CASSILÂNDIA			
6 e 7.4.2019	2ª PJ de Chapadão do Sul	Fernanda Proença de Azambuja	99831-0396
13 e 14.4.2019	1ª PJ de Costa Rica	George Cassio Tiosso Abbud	98478-2032
18 a 21.4.2019	1ª PJ de Chapadão do Sul	Matheus Macedo Cartapatti	99677-3534
27 e 28.4.2019	1ª PJ de Cassilândia	Pedro de Oliveira Magalhães	99933-1249
REGIÃO 11 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE PARANAÍBA, INOCÊNCIA E APARECIDA DO TABOADO			
6 e 7.4.2019	2ª PJ de Aparecida do Taboado	Jerusa Araujo Junqueira Quirino	98478-2028
13 e 14.4.2019	3ª PJ de Paranaíba	Leonardo Dumont Palmerston	98478-2050
18 a 21.4.2019	1ª PJ de Paranaíba	Juliana Nonato	98478-2419
27 e 28.4.2019	3ª PJ de Paranaíba	Leonardo Dumont Palmerston	98478-2050
REGIÃO 12 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE RIBAS DO RIO PARDO, ÁGUA CLARA, BRASILÂNDIA E BATAGUASSU			
6 e 7.4.2019	PJ de Ribas do Rio Pardo	George Zarour Cezar	99933-6774
13 e 14.4.2019	1ª PJ de Bataguassu	Wilson Canci Junior	98125-4950
18 a 21.4.2019	PJ de Brasilândia	Fernando Marcelo Peixoto Lanza	98113-0737
27 e 28.4.2019	2ª PJ de Bataguassu	Edival Goulart Quirino	99967-8080

REGIÃO 13 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE BANDEIRANTES, SÃO GABRIEL DO OESTE, CAMAPUÃ E RIO NEGRO			
6 e 7.4.2019	2ª PJ de São Gabriel do Oeste	Isabelle Albuquerque dos Santos Rizzo	98478-2380
13 e 14.4.2019	PJ de Rio Negro	Thiago Bonfatti Martins	99933-9978
18 a 21.4.2019	2ª PJ de Camapuã	Douglas Silva Teixeira	98478-2036
27 e 28.4.2019	PJ de Bandeirantes	Paulo Henrique Mendonça de Freitas	99262-5572
REGIÃO 14 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE NIOAQUE, JARDIM, BONITO, PORTO MURTINHO E BELA VISTA			
6 e 7.4.2019	2ª PJ de Jardim	Lia Paim Lima	99825-0142
13 e 14.4.2019	1ª PJ de Bonito	Mariana Sleiman Gomes	99312-5869
18 a 21.4.2019	PJ de Bela Vista	William Marra Silva Junior	98462-9239
27 e 28.4.2019	1ª PJ de Bonito	João Meneghini Girelli	99691-2601

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1094/2019-PGJ, DE 1º.4.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os Promotores de Justiça abaixo nominados para, sem prejuízo de suas funções, atuarem perante as Promotorias de Justiça, os Juizados Especiais, a Turma Recursal e as Cartas Precatórias constantes do quadro a seguir, em razão de ausência dos titulares, pelos seguintes motivos:

1. Férias:

PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA	PERÍODO	CARTAS PRECATÓRIAS / PROMOTORIAS DE JUSTIÇA / JUIZADO ESPECIAL	TITULAR
Regina Dornte Broch	1º a 17.4.2019	Cartas Precatórias Cíveis da comarca de Campo Grande	André Antônio Camargo Lorenzoni
Ricardo Benito Crepaldi	15 a 17.4.2019	2ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande	Kristiam Gomes Simões
Candy Hiroki Cruz Marques Moreira	8 a 17.4.2019	10ª Vara do Juizado Especial Central da comarca de Campo Grande	Marcos Fernandes Sisti
Renata Ruth Fernandes Goya Marinho	8 a 17.4.2019	11ª Vara do Juizado Especial Central da comarca de Campo Grande	Fernando Jorge Manvailer Esgaib
Alexandre Pinto Capiberibe Saldanha	22 a 26.4.2019	3ª Vara do Juizado Especial Central da comarca de Campo Grande	Humberto Lapa Ferri

2. Compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão:

PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA	PERÍODO	JUIZADO ESPECIAL	TITULAR
Alexandre Pinto Capiberibe Saldanha	15 a 17.4.2019	3ª Vara do Juizado Especial Central da comarca de Campo Grande	Humberto Lapa Ferri
Clovis Amauri Smaniotto	22 a 26.4.2019	8ª Vara do Juizado Especial Central da comarca de Campo Grande	Daniela Cristina Guiotti

3. Viagem:

PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA	PERÍODO	PROMOTORIA DE JUSTIÇA / TURMA RECURSAL	TITULAR
Alexandre Pinto Capiberibe Saldanha	10 e 11.4.2019	72ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande	Luciana do Amaral Rabelo
		3ª Turma Recursal Mista da comarca de Campo Grande	

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1096/2019-PGJ, DE 1º.4.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 59º Promotor de Justiça de Campo Grande, Eduardo Franco Cândia, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a 2ª Turma Recursal Mista da referida Comarca, pelo período de 1 (um) ano, a partir de 8 de abril de 2019.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1098/2019-PGJ, DE 1º.4.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 5º Promotor de Justiça de Dourados, Claudio Rogerio Ferreira Gomes, para, sem prejuízo de suas funções, exercer a função de Supervisor das Promotorias de Justiça Criminais da referida Comarca, pelo período de 1 (um) ano, a partir de 30 de abril de 2019.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1099/2019-PGJ, DE 1º.4.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 17º Promotor de Justiça de Dourados, Luiz Gustavo Camacho Terçariol, para, sem prejuízo de suas funções, atuar nos feitos e audiências das cartas precatórias afetas à Vara da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, da mencionada Comarca, pelo período de 1 (um) ano, a partir de 30.4.2019.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1100/2019-PGJ, DE 1º.4.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “h” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indicar ao Procurador Regional Eleitoral os membros do Ministério Público Estadual abaixo nominados, para, sem prejuízo de suas funções, atuarem perante as seguintes Zonas Eleitorais, em razão de ausência dos titulares, conforme o quadro a seguir:

ZE	PROMOTOR DE JUSTIÇA	PERÍODO	MOTIVO	TITULAR
7ª	Marcos Martins de Brito	4.4.2019	Compensação	Ludmila de Paula Castro Silva
	Luciano Bordignon Conte	5.4.2019		
50ª	Marcos Martins de Brito	22 a 26.4.2019	Férias	Viviane Zuffo Vargas Amaro
		29.4 a 3.5.2019	Compensação	

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1103/2019-PGJ, DE 2.4.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 10º Promotor de Justiça de Dourados, Eteocles Brito Mendonça Dias Junior, para, sem prejuízo de suas funções, coadjuvar nos autos do Procedimento Investigatório Criminal nº 06.2019.00000416-0, em trâmite na 16ª Promotoria de Justiça da referida Comarca.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1104/2019-PGJ, DE 2.4.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 9º Promotor de Justiça da comarca de Três Lagoas, Moisés Casarotto, para, sem prejuízo de suas funções, coadjuvar perante a Promotoria de Justiça da comarca de Brasilândia, a partir de 1º.4.2019, até ulterior deliberação.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1105/2019-PGJ, DE 2.4.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XII, alínea “f”, do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a 10ª Promotora de Justiça de Campo Grande, Suzi Lucia Silvestre da Cruz D’Angelo, para, sem prejuízo de suas funções, auxiliar nas audiências de custódia da referida Comarca, no dia 22.4.2019, nos termos do § 2º do artigo 1º da Resolução nº 033/2015-PGJ, de 16.10.2015, alterada pela Resolução nº 006/2016-PGJ, de 30.5.2016.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1106/2019-PGJ, DE 2.4.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Allan Carlos Cobacho do Prado 4 (quatro) dias de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, realizada nos dias 1º, 2, 7 e 8.9.2018, a serem usufruídos nos dias 22, 23, 24 e 25.4.2019, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1107/2019-PGJ, DE 2.4.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Paulo da Graça Riquelme de Macedo Junior 2 (dois) dias de licença por motivo de doença em pessoa da família, nos dias 25 e 26.3.2019, nos termos do artigo 139, inciso III, e do artigo 150, parágrafo único, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1108/2019-PGJ, DE 2.4.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 4º Promotor de Justiça de Campo Grande, Renzo Siufi, para, sem prejuízo de suas funções, atuar na audiência referente aos autos nº 0832791-49.2018.8.12.0001, no dia 2.4.2019, perante a 4ª Vara da Fazenda Pública e de Registros Públicos da referida Comarca.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1109/2019-PGJ, DE 2.4.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Autorizar o Promotor de Justiça William Marra Silva Junior para participar, no dia 12.4.2019, do “Curso Avançado Especial 2019”, promovido pela Escola de Altos Estudos em Ciências Criminais em São Paulo/SP.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1111/2019-PGJ, DE 2.4.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça de Eldorado, Gustavo Henrique Bertocco de Souza, para, sem prejuízo de suas funções, coadjuvar perante a Sessão Plenária do Tribunal do Júri na comarca de Naviraí, no julgamento do Processo nº 0000079-57.2015.8.12.0029, no dia 2.4.2019.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1115/2019-PGJ, DE 2.4.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça de Eldorado, Gustavo Henrique Bertocco de Souza, para, sem prejuízo de suas funções, atuar nas audiências da 1ª Vara Criminal da comarca de Naviraí, no dia 4.4.2019.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1127/2019-PGJ, DE 2.4.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Autorizar o Promotor de Justiça Fabio Ianni Goldfinger para participar do “Simpósio Nacional sobre o uso de *data analytics* no enfrentamento da corrupção”, que será realizado nos dias 24 e 25.4.2019, no auditório do Conselho Nacional do Ministério Público, em Brasília/DF.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1129/2019-PGJ, DE 2.4.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça de Ribas do Rio Pardo, George Zarour Cezar, para, sem prejuízo de suas funções, atuar nas audiências da comarca de Batayporã, no dia 4.4.2019.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1133/2019-PGJ, DE 2.4.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a 2ª Promotora de Justiça de Jardim, Lia Paim Lima, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante o Juizado Especial Adjunto da referida Comarca, no período de 22 a 25.4.2019, em razão de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão do titular, Allan Carlos Cobacho do Prado.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1154/2019-PGJ, DE 3.4.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXVI do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, *ad referendum* do Conselho Superior do Ministério Público, e considerando o contido na Resolução nº 002/2015-CPJ, de 19 de março de 2015,

R E S O L V E :

Designar o 34º Promotor de Justiça de Campo Grande, Fabio Ianni Goldfinger, atualmente agregado ao Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, no interesse do serviço, para, sem prejuízo de suas funções, atuar junto ao Grupo de Atuação Especial de Controle Externo da Atividade Policial, GACEP, a partir de 1º de abril de 2019, até ulterior deliberação.

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1110/2019-PGJ, DE 2.4.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar, a partir de 24.1.2019, o servidor Jorge Antonio Arantes Vilela, ocupante do cargo em comissão de Chefe da Divisão de Banco de Dados, símbolo MPDS-105, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, compor o grupo de trabalho do Projeto “Paiaguá”, para fins de acompanhamento técnico da implantação do Sistema Jade, na versão *web*.

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1112/2019-PGJ, DE 2.4.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso X do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Nomear Yarima Alderete para exercer o cargo em comissão de Assessor Jurídico, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, em vaga prevista no Anexo VI da Lei nº 4.134, de 6 de dezembro de 2011.

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1113/2019-PGJ, DE 2.4.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Incluir na Portaria nº 979/2019-PGJ, de 22.3.2019, que autorizou os servidores para participarem do curso “Fundamentos da ITIL V3 2011: Information Technology Infrastructure Library”, nos dias 25, 26 e 27.3.2019, das 8h às 11h e das 13h às 18h, na Escola Superior do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, o servidor Italo Felipe de Matos.

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1128/2019-PGJ, DE 2.4.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestores e fiscais do Contrato nº 22/PGJ/2019, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestor do Contrato – Murilo Rolim Neto, Diretor da Secretaria de Administração; 1.1) Suplente – Nádia de Moura Mattos, Analista/Administração; 2) Fiscal – Marlon Eduardo D’Andrea Santos, Chefe do Núcleo de Gestão de Notas Fiscais e Faturas; 2.1) Suplente – Kelly Cristina Mengual Vieira, Chefe do Departamento de Serviços Gerais (Processo PGJ/10/0427/2019).

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1132/2019-PGJ, DE 2.4.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestores e fiscais do Contrato nº 18/PGJ/2019, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestor do Contrato – Murilo Rolim Neto, Diretor da Secretaria de Administração; 1.1) Suplente – Nádia de Moura Mattos, Analista/Administração; 2) Fiscal Administrativo – Marlon Eduardo D’Andrea Santos, Chefe do Núcleo de Gestão de Notas Fiscais e Faturas; 2.1) Suplente – Kelly Cristina Mengual Vieira, Chefe do Departamento de Serviços Gerais; 3) Fiscal Técnico – Bruno Dantas Sanchez, Chefe do Setor de Manutenção e Suporte; 3.1) Suplente – Emanuely Martins Atanasio da Silva, Analista/Arquitetura (Processo PGJ/10/0384/2019).

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

ESCOLA SUPERIOR**EXTRATO DE PROTOCOLO DE INTENÇÕES – ESMP-MS**

Processo Administrativo nº 09.2019.00000696-8

Partes:

1 - Escola Superior do Ministério Público de Mato Grosso do Sul, representada por sua Diretora-Geral, Jaceguara Dantas da Silva.

2 –Procuradoria-Geral do Estado de Mato Grosso do Sul, representada por sua Procuradora-Geral do Estado, Fabíola Marquetti Sanches Rahim, por intermédio da Escola Superior de Advocacia Pública, representada por sua Diretora, Ludmila Santos Russi de Lacerda.

Objeto:

Promover a cooperação e o intercâmbio acadêmico, científico, técnico e cultural, visando a formação, o aperfeiçoamento e a especialização discente, docente e técnica, bem como o desenvolvimento institucional.

Amparo Legal:

Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994; Resolução nº 015/2017-PGJ, de 5 de julho de 2017.

Vigência: 29.3.2019 a 27.3.2020.

Data da assinatura: 29 de março de 2019.

AVISO Nº 08/2019-ESMP-MS

A Escola Superior do Ministério Público de Mato Grosso do Sul, ESMP, comunica que, referente ao Aviso nº 07/2019-ESMP-MS, publicado no DOMP nº 1.930, em 19 de março de 2019, que tratou do preenchimento das 2 (duas) vagas para o curso “*US & International Anti-Corruption Law Program*”, a ser realizado em Washington/DC, EUA, no período de 10 a 14 de junho de 2019, sem ônus para a Instituição, em razão de parceria estabelecida entre a ESMP-MS e a Escola Superior do Ministério Público do Estado de São Paulo, ESMP-SP, mediante acordo de cooperação, foi realizado sorteio dos inscritos na data de 29 de março de 2019, durante o “VII Encontro Estadual do MPMS na Lei Maria da Penha”, que contemplou a seguinte ordem de preferência no preenchimento das vagas: 1º - Sergio Fernando Raimundo Harfouche; 2º - Ronaldo Vieira Francisco. Eventual vaga remanescente contará com a seguinte lista de espera: 1ª - Cristiane Amaral Cavalcante; 2º - José Aparecido Rigato; 3º - Luiz Antônio Freitas de Almeida.

Campo Grande/MS, 3 de abril de 2019.

JACEGUARA DANTAS DA SILVA
Diretora-Geral da ESMP-MS

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**AVISO DE HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO**

Homologado o resultado da licitação Pregão Presencial nº 9/PGJ/2019 - Processo nº PGJ/10/0787/2019.

Objeto: Aquisição de materiais para construção (alvenaria), para atender o Ministério Público Estadual.

Vencedora: Azevedo & Carvalho Ltda. - ME, para o lote único, no valor total de R\$ 37.800,00.

Justificativa: Adjudicação tendo em vista o menor preço ofertado, nos termos do edital.

Campo Grande, 3 de abril de 2019.

Kelly Watanabe Cunha Martins Ortiz

Pregoeira/PGJ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

REPUBLICA-SE, POR INCORREÇÃO, O EXTRATO DO CONTRATO Nº 99/PGJ/2018, PUBLICADO NO DOMP Nº 1.873, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2018, PÁGINA 30, E DO DOMP Nº 1.875, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2018, PÁGINA 36.

Extrato do **Contrato nº 99/PGJ/2018.**

Processo: PGJ/10/3475/2018.

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, por intermédio do **Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público**, representado por seu Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo, **Helton Fonseca Bernardes**.

2- **LK EMPREENDIMENTOS EIRELI-ME**, representada por **Luiz Carlos Rosa**.

Procedimento Licitatório: **Pregão Presencial nº 39/PGJ/2018.**

Amparo Legal: Lei Federal nº 10.520/2002 e Lei Federal nº 8.666/1993 (e alterações).

Objeto: Execução de serviços de adequação da recepção do prédio-sede do Grupo de Atuação Especial de Repressão ao Crime Organizado - GAECO, incluindo o fornecimento de todo o material necessário, a fim de atender às diretrizes do Plano de Segurança Institucional.

Valor total da contratação: R\$ 23.465,00 (vinte e três mil, quatrocentos e sessenta e cinco reais), nos termos da Nota de Empenho nº 2018NE000163, de 30.11.2018.

Vigência: 04.12.2018 a 04.06.2019.

Data de assinatura: 4 de dezembro de 2018.

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Processo PGJ/10/3981/2018.

Amparo legal: Inciso XIII, artigo 24 da Lei nº 8.666/93.

Ordenadora de Despesa: Bianka Karina Barros da Costa, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Credor: Fundação de Apoio à Pesquisa ao Ensino e à Cultura - FAPEC.

Unidade Gestora: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul por intermédio do Fundo Especial de Apoio de Desenvolvimento do Ministério Público.

Valor: R\$ 423.000,00 (quatrocentos e vinte e três mil reais), nos termos da Nota de Empenho nº 2019NE000056, de 1º.04.2019.

Objeto: Despesa com prestação de serviços técnicos especializados relativos à realização do XXII Processo Seletivo de Estagiários para o Ministério Público de Mato Grosso do Sul, para seleção de estagiários de ensino médio, ensino superior/graduação e ensino superior/pós-graduação.

Justificativa: A Fundação de Apoio à Pesquisa ao Ensino e à Cultura – FAPEC é instituição brasileira, sem fins lucrativos, de caráter científico e cultural, regida por Estatuto Social e incumbida de incentivar, promover e desenvolver, por quaisquer formas, o ensino, a pesquisa, a extensão, e o estímulo à inovação possuindo inquestionável reputação ético-profissional e notória especialização.

Ratifica: Humberto de Matos Brittes, Procurador-Geral de Justiça Jurídico.

Campo Grande-MS, 1º de abril de 2019.

RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Processo PGJ/10/1142/2019.

Amparo legal: Artigo 25 da Lei nº 8.666/93.

Ordenadora de Despesa: Bianka Karina Barros da Costa, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Credor: Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO).

Valor estimado mensal: R\$ 689,06 (seiscentos e oitenta e nove reais e seis centavos) nos termos da NE nº 2019NE001486, de 03.04.2019.

Objeto: Despesa com serviços de acesso às bases de CPF – Cadastro de Pessoa Física e/ou CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, pela viabilização de consulta on-line às Bases de Dados dos respectivos sistemas produzidos no ambiente computacional do SERPRO.

Justificativa: O Serviço Federal de Processamento de Dados – SERPRO é o único fornecedor do objeto da contratação, ante a existência de Convênio celebrado entre a Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), eis que as bases de dados da Receita Federal do Brasil estão totalizadas no SERPRO.

Ratifica: Humberto de Matos Brittes, Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Campo Grande/MS, 2 de abril de 2019.

EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA**COMARCAS DE ENTRÂNCIA ESPECIAL****CAMPO GRANDE****EDITAL N. 001/2019/46PJ/CGR**

A 46ª Promotoria de Justiça da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição para consulta de quem possa interessar no seguinte endereço eletrônico: www.mpms.mp.br.

Inquérito Civil n. 06.2019.00000523-6.

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerida: Secretaria Municipal de Saúde Pública de Campo Grande – Sesau.

Assunto: Apurar possível irregularidade pela insuficiência de Centro de Atenção Psicossocial para Infância e Adolescência – CAPSi, bem como pela falta de atendimento individual de psicoterapia na Rede Municipal de Saúde.

Campo Grande, 1º de abril de 2019.

PAULO HENRIQUE CAMARGO IUNES

Promotor de Justiça

COMARCAS DE SEGUNDA ENTRÂNCIA**COXIM****EDITAL Nº 0008/2019/01PJ/CXM**

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Coxim/MS torna pública a Instauração do Procedimento Administrativo nº 09.2019.00001017-2, que está à disposição de quem possa interessar na Avenida Márcio Lima Nantes, nº 105, Vila São Salvador.

Tendo em vista que o procedimento vai reunir elementos que discorrem sobre bem imóvel pertencente à idoso, tem-se que o direito à intimidade impõe a restrição da publicidade.

Procedimento Administrativo nº 09.2019.00001017-2.

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: A Apurar.

Assunto: Averiguar as informações contidas no relatório de atendimento realizado pela equipe do CREAS quanto ao imóvel, possivelmente, pertencente ao Idoso M. D. S..

Coxim/MS, 27 de março de 2019.

MARCOS ANDRÉ SANT'ANA CARDOSO

Promotor de Justiça

EDITAL Nº 0010/2019/01PJ/CXM

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Coxim/MS torna pública a Instauração do Procedimento Administrativo nº 09.2019.00001149-3, que está à disposição de quem possa interessar na Avenida Márcio Lima Nantes, nº 105, Vila São Salvador.

Os autos do referido procedimento poderão ser acessados via internet, no endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Procedimento Administrativo nº 09.2019.00001149-3

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Coxim e Fundação Estatal de Saúde do Pantanal – FESP.

Assunto: Fiscalizar o cumprimento do TAC celebrado nos autos do Inquérito Civil nº 06.2017.00002418-0.

Coxim/MS, 02 de abril de 2019.

MARCOS ANDRÉ SANT'ANA CARDOSO

Promotor de Justiça

PONTA PORÃ

EDITAL Nº 0027/2019/01PJ/PPR

A 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da Comarca de Ponta Porã/MS torna pública a instauração do presente Inquérito Civil nº 06.2019.00000359-3, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Baltazar Saldanha nº 1.613 – Jd. Ipanema. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2019.00000359-3

Requerente(s): Ministério Público Estadual

Requerido(s): Município de Aral Moreira, Adriana Santore - ME, Eraldo Fernandes Dutra - ME, A P Kraemer Mercado.

Assunto: Investigar prática de ato de improbidade administrativa consiste em simular a participação de empresas de fachada, bem como superfaturar produtos adquiridos pelo Município de Aral Moreira por meio do Pregão Presencial nº 034/2018.

Ponta Porã/MS, 02 de abril de 2019.

GABRIEL DA COSTA RODRIGUES ALVES

Promotor de Justiça

RIBAS DO RIO PARDO

RECOMENDAÇÃO 0005/2019/01PJ/RRP

SAJMP nº 06.2019.00000539-1

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por seu Promotor de Justiça *in fine* assinado, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, em especial com fundamento nos artigos 37, § 3º, inc. II e 129, inciso II, III, VI todos da Constituição Federal; artigo 8º, § 1º, da Lei n. 7.347/1985 (Lei da Ação Civil Pública); artigo 25, inciso IV, alíneas “a” e “b”, e artigo 27, inciso I e parágrafo único, inciso IV, da Lei nº 8.625/1993 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público); artigo 27, incisos I, “b”, e II, e artigo 29, inciso IV, da Lei Complementar Estadual nº 72/1994 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Mato Grosso do Sul); artigos 5º e 44 da Resolução nº 15/2007-PGJ, Resolução do CNMP nº 164, de 28 de março de 2017 e art. 8º, incisos II e IV, e art. 6º, inciso XX, da Lei Complementar nº 75/93, que autoriza expedir recomendações, visando a melhoria dos serviços públicos e de relevância pública, bem como o respeito aos interesses, direitos e bens cuja defesa lhe cabe promover, expor e recomendar, para fins de conhecimento, o que segue:

CONSIDERANDO que a Constituição Federal de 1988 deu nova roupagem ao Ministério Público, quebrando o paradigma existente até a Constituição de 1967, garantindo-lhe autonomia e independência funcional em relação Poderes da República;

CONSIDERANDO que a Constituição Democrática de 1988 delineou o Ministério Público como instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art. 127);

CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição, promovendo as medidas necessárias a sua garantia (art. 129, II, da CF);

CONSIDERANDO que a promoção de inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos é função institucional do *Parquet*;

CONSIDERANDO que cabe ao Ministério Público exercer a defesa dos direitos assegurados nas Constituições Federal e Estadual, sempre que se cuidar de garantir-lhe o respeito pelos poderes municipais e por entidades que exerçam

outra função delegada do Estado ou do Município ou executem serviço de relevância pública (art. 27, I e IV, Lei Federal 8.625/93), assim como fiscalizar a fiel observância às leis pela Municipalidade e por seus agentes públicos, promovendo as medidas necessárias a sua garantia (art. 129, II, CF);

CONSIDERANDO que a Carta Política de 1988 não só fixou importantíssimas funções ao *Parquet* no sentido de defender os interesses de maior valia à sociedade brasileira, como também lhe deu eficazes ferramentas para o cumprimento dessas funções;

CONSIDERANDO as normas contida na Lei Complementar nº 75/93, que dispõe sobre a organização, as atribuições e o estatuto do Ministério Público da União, prevê em seu art. 6º, inciso XX, que compete ao Ministério Público da União: XX - expedir recomendações, visando à melhoria dos serviços públicos e de relevância pública, bem como ao respeito, aos interesses, direitos e bens cuja defesa lhe cabe promover, fixando prazo razoável para a adoção das providências cabíveis.

CONSIDERANDO que o art. 27 da Lei 8.625/93 determina que cabe ao Ministério Público exercer a defesa dos direitos assegurados nas Constituições Federal e Estadual, sempre que se cuidar de garantir-lhe o respeito: (...) IV - promover audiências públicas e emitir relatórios, anual ou especiais, e recomendações dirigidas aos órgãos e entidades mencionadas no caput deste artigo, requisitando ao destinatário sua divulgação adequada e imediata, assim como resposta por escrito.

CONSIDERANDO que o disposto no supramencionado artigo fora abarcado integralmente pela Lei Complementar Estadual nº. 72, de 18 de janeiro de 1.994 – Lei Orgânica do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, tendo sido reproduzido em seu artigo 29, inciso IV;

CONSIDERANDO que, conforme definição constante na Resolução nº 015/2007-PGJ, de 27 de novembro de 2007, a recomendação é instrumento destinado à orientação de órgãos públicos ou privados, para que sejam cumpridas normas relativas a direitos e deveres assegurados ou decorrentes das Constituições Federal e Estadual e serviços de relevância pública e social;

CONSIDERANDO que, ainda nos termos do art. 44 da Resolução nº 015/2007-PGJ, de 27 de novembro de 2007, o órgão de execução, nos autos do inquérito civil ou do procedimento preparatório poderá expedir recomendações devidamente fundamentadas, visando à melhoria dos serviços públicos e de relevância pública, bem como aos demais interesses, direitos e bens cuja defesa lhe caiba promover;

CONSIDERANDO *“que o estado de direito é um estado constitucional. Pressupõe a existência de uma constituição normativa estruturante de uma ordem jurídico-normativa fundamental vinculativa de todos os poderes públicos. A constituição confere à ordem estadual e aos actos dos poderes públicos medida e forma. Precisamente por isso, a lei constitucional não é apenas – como sugeria a teoria tradicional do estado de direito – uma simples lei incluída no sistema ou no complexo normativo-estadual. Trata-se de uma verdadeira ordenação normativa fundamental dotada de supremacia – supremacia da constituição – e é nesta supremacia normativa da lei constitucional que o (primado do direito) do estado de direito encontra uma primeira e decisiva expressão”*¹;

CONSIDERANDO que o art. 37 da Constituição Federal de 1988 estabelece que a Administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência;

CONSIDERANDO que *“o Princípio da Moralidade traduz o raciocínio de que a Administração Pública não deve somente obedecer e estar em conformidade com a lei, mas em suas atividades, no seu agir, trilhar nas sendas do que é justo, honesto e probo”*²;

CONSIDERANDO que *“o princípio da impessoalidade estabelece um dever de imparcialidade na defesa do interesse público, impedindo discriminações e privilégios indevidamente dispensados a particulares no exercício da função administrativa”*³.

1 In: CANOTILHO, José Joaquim Gomes. Direito Constitucional e Teoria da Constituição. 7ª. Ed. 14 reimp. Edições Almedina : Coimbra – Portugal – 2007. p.245-246

2 MARTINS, Fernando Rodrigues. Controle do Patrimônio Público. 5ª. ed. rev. atual e ampla. São Paulo : Editora Revista dos Tribunais, 2013. p. 159.

3 MAZZA, Alexandre. Manual de Direito Administrativo. Saraiva. 1ª. 2011. São Paulo-SP. Pág. 82.

CONSIDERANDO que nas lições de Dirley da Cunha Júnior, *"assim, em referência ao administrado, a atividade administrativa deve ser necessariamente uma atividade destinada a satisfazer a todos, de sorte que a Administração Pública não pode atuar de forma a prejudicar ou beneficiar pessoas determinadas, uma vez que é sempre o interesse público que deve nortear o seu comportamento"*.⁴

CONSIDERANDO que nas lições do mencionado doutrinador, no que se refere ao princípio da publicidade, *"este princípio exige uma atividade administrativa transparente ou visível, a fim de que o administrado tome conhecimento dos comportamentos administrativos do Estado. Assim, todos os atos da Administração Pública devem ser públicos, de conhecimento geral"*.⁵

CONSIDERANDO que o artigo 5º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, prevê que: *"todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado"*;

CONSIDERANDO que *"o direito fundamental de receber informações de interesse coletivo ou geral é, enquanto decorrência do sistema democrático e do modelo republicano, um instrumento indispensável na fiscalização e responsabilização do governo"*.⁶

CONSIDERANDO as inúmeras ilegalidades concernentes aos mecanismos de avaliação e divulgação dos resultados da prova prática para o cargo de motorista do concurso público de provas e títulos para provimento efetivo de cargos pertencentes ao quadro permanente de pessoal do Município de Ribas do Rio Pardo;

CONSIDERANDO que inúmeros candidatos trouxeram ao conhecimento deste órgão de execução a ocorrência da realização do percurso da prova prática para o cargo de motorista sem nenhuma testemunha dentro dos veículos utilizados, visando a transparência dos mecanismos de avaliação operacionalizados pelos examinadores;

CONSIDERANDO que inúmeros candidatos ao cargo de motorista trouxeram a conhecimento desta Promotoria de Justiça notícia acerca da realização da prova prática por alguns candidatos com veículo automotor de menor porte (Toyota/Hilux), ao passo que outros, teriam sido avaliados em veículo de maior porte (Fiat/Ducato), o que evidentemente dificultou o nível da avaliação para os últimos;

CONSIDERANDO que foram noticiadas pelos candidatos ao cargo de motorista ilegalidades atinentes a realização da prova prática no dia 17 de março de 2019, com início e final do percurso na Escola Municipal São Sebastião, mesmo local onde havia intenso movimento e aglomeração de carros e pessoas em virtude da concretização da prova de títulos para todos os cargos oferecidos no mesmo horário na referida escola;

CONSIDERANDO a notícia pelos candidatos ao cargo de motorista de inúmeros defeitos nos itens mecânicos e de segurança nos veículos disponibilizados para efetivação do percurso atinente a prova prática para o cargo;

CONSIDERANDO ainda, os relatos dos candidatos ao cargo de motorista acerca da ausência de transparência na divulgação nos critérios de avaliação e pontuação instrumentalizados para tornar os candidatos aptos ou inaptos na prova prática do certame;

CONSIDERANDO que as informações constantes no presente feito colocam em cheque a lisura do certame realizado pela Fundação de Apoio à Pesquisa, ao Ensino e à Cultura – FAPEC, sob fiscalização da Comissão de Concurso Público, por ferimento aos princípios constitucionais explícitos da moralidade, impessoalidade e publicidade, que orientam o funcionamento de todo o regime jurídico-administrativo;

CONSIDERANDO, que em decorrente do Poder Hierárquico, a Administração Pública pode rever atos administrativos por ela praticados, corrigindo erros administrativos, pela ação revisora dos agentes superiores dos atos inferiores.

4 JÚNIOR, Dirley da Cunha. 10ª. Juspodivm. 2011. Salvador-Bahia. Pág. 40.

5 Op. Cit. Pág. 43.

6 NOVELINO, Marcelo. Direito Constitucional. 6ª. Método.2012. São Paulo. Pág. 531.

E, CONSIDERANDO, por fim, as informações contidas no bojo do Procedimento Preparatório nº 06.2019.00000539-1, dando conta de possíveis ilegalidades atinentes a aplicação, avaliação e divulgação do resultado da prova prática do concurso público realizado pela FAPEC para provimento efetivo do cargo de motorista do Município de Ribas do Rio Pardo no ano de 2019.

RESOLVE RECOMENDAR:

AO EXCELENTÍSSIMO SENHOR PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIBAS DO RIO PARDO, PAULO CÉSAR LIMA SILVEIRA e aos integrantes da COMISSÃO DE CONCURSO PÚBLICO, que:

- Anulem a prova prática para o cargo de motorista do concurso público de provas e títulos para provimento efetivo de cargos pertencentes ao quadro permanente de pessoal do Município de Ribas do Rio Pardo;

- Realizem nova prova prática para o cargo de motorista do concurso público de provas e títulos para provimento efetivo de cargos pertencentes ao quadro permanente de pessoal do Município de Ribas do Rio Pardo;

- Observem durante a repetição da prova prática as seguintes medidas: a) disponibilização de tão somente uma categoria de veículo automotor (mesma dimensão e condições de dirigibilidade) para realização do percurso para todos os candidatos; b) disponibilização de veículo automotor em perfeitas condições de uso e funcionamento de todos os itens mecânicos e de segurança durante a concretização da prova prática; c) lotação de pelo menos 02 (duas) testemunhas/examinadores, dentre as quais deverão estar pelo menos um candidato, para acompanhar e fiscalizar o percurso de dentro do veículo conduzido, com a assinatura de todos no documento de avaliação produzido; d) disponibilização da pontuação perdida na prova prática e critérios de avaliação utilizados no ato de divulgação desta fase do certame.

- Comunique-se a esta Promotoria de Justiça, no prazo de 03 (três) dias, sobre as providências adotadas.

Advirta-se que o descumprimento injustificado da presente Recomendação acarretará o manejo da ação judicial cabível para anulação dos atos lesivos ao patrimônio público, sem prejuízo da responsabilização por ato de improbidade administrativa, uma vez que restará configurado o dolo e/ou má-fé do ato de Improbidade Administrativa consubstanciado no art. 11 da Lei nº 8.429/92 (descumprimento dos Princípios da Administração Pública).

Para melhor conhecimento e divulgação, determino a remessa de cópias da presente recomendação, além da publicação de seu inteiro teor no Diário oficial do Ministério Público:

- Ao Presidente da Câmara de Vereadores da Comarca, para fins de conhecimento;

Por fim, notifique-se o destinatário de que deverá publicar a presente Recomendação em veículo adequado, conforme previsto no art. 45, parágrafo único, da Resolução nº 015/2007-PGJ, bem como informar a esta Promotoria de Justiça da Comarca de Ribas do Rio Pardo, no prazo de 03 (três) dias, a contar do recebimento do presente, o acatamento ou não da presente e, em caso positivo, encaminhar cópia da documentação comprobatória.

Ribas do Rio Pardo, 01 de abril de 2019.

GEORGE ZAROUR CEZAR
Promotor de Justiça

COMARCAS DE PRIMEIRA ENTRÂNCIA

ANAUROLÂNDIA

EDITAL Nº 0009/2019/PJ/AID

A Promotoria de Justiça de Anaurilândia/MS torna pública a instauração de Inquérito Civil, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Floriano Peixoto, nº 1001, Centro, Ed. do Fórum, Anaurilândia/MS - telefone (67) 3445-1393. Os autos encontram-se registrados no sistema informatizado SAJMP, o qual poderão ser integralmente acessados via internet no endereço eletrônico <http://consultadeprocementos/consulta/SAJ/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2019.00000500-3.

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido(s): Adatao Peretti Filho e Prefeitura Municipal de Anaurilândia/MS.

Assunto: Apurar eventual ocorrência de dano ambiental na propriedade rural denominada Fazenda Guará, localizada na estrada vicinal que dá acesso ao Assentamento Barreiro, consistente em erosões e assoreamentos em APP (Área de Preservação Permanente) em decorrência da falta de manutenção de estrada municipal nas proximidades da área ambiental.

Anaurilândia/MS, 02 de abril de 2019.

ALLAN THIAGO BARBOSA ARAKAKI

Promotor de Justiça.

SONORA

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO

Nº MP 09.2019.00001004-0

Requerente: 2º Pelotão da Polícia Militar de Sonora MS

RECOMENDAÇÃO nº 03/2019

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, por seu Promotor de Justiça que ao final subscreve, no uso de suas atribuições, com fundamento no art. 127, *caput*, da Constituição Federal; art. 27, parágrafo único, Inciso IV da Lei Federal nº 8.625 de 12/02/93; art. 29, IV da Lei Complementar Estadual nº 072 de 19/01/94; e art. 44 da Resolução nº 015-PGJ de 27/11/07;

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art. 127 da Constituição Federal);

CONSIDERANDO os termos do artigo 3º, "caput" da Resolução nº 164/2017 do Conselho Nacional do Ministério Público, que dispõe que "o Ministério Público, de ofício ou mediante provocação, nos autos de inquérito civil, procedimento administrativo ou procedimento preparatório, poderá expedir recomendação objetivando o respeito e a efetividade dos direitos e interesses que lhe incuba defender e, sendo o caso, a edição ou alteração de normas";

CONSIDERANDO que o Departamento Estadual de Trânsito de Mato Grosso do Sul compõe o Sistema Nacional de Trânsito (artigo 7.º da Lei n.º 9.503/1997) e possui a missão de garantir a aplicação da legislação de trânsito por meio da certificação de registro veicular, da habilitação de condutores, da fiscalização e da promoção de educação, visando à valorização da vida;

CONSIDERANDO que veículos apreendidos ou removidos pelos demais órgãos que integram o Sistema Nacional de Trânsito, em especial a Polícia Militar e Polícia Rodoviária Federal, em razão da identificação de infrações administrativas e violações da legislação de trânsito são encaminhados ao pátio da Gerência Municipal do Detran em Sonora;

CONSIDERANDO que as disposições do artigo 328 da Lei n.º 9.503/1997 determina que veículos apreendidos ou removidos a qualquer título não reclamados por seus proprietários, dentro do prazo de sessenta dias, serão levados à hasta pública, deduzindo-se, do valor arrecadado, o montante da dívida relativa a multas, tributos e encargos legais, e o restante, se houver, depositado à conta do expropriário na forma da lei;

CONSIDERANDO que segundo ofício encaminhado pelo Diretor-Presidente do DETRAN, não há espaço físico no pátio do Detran local para recebimento de novos veículos e que existem veículos apreendidos há mais de dois anos no pátio o que contribui para que o número seja superior à capacidade de acomodação do referido local.

CONSIDERANDO as imagens encaminhadas à Promotoria de Justiça pelo Setor de Controle de Endemias (fls. 12/13), que demonstram de forma clara o excesso de veículos apreendidos, bem como o mau estado de acondicionamento, fato que está levando à progressiva deterioração dos bens;

CONSIDERANDO que o amontoamento de veículos contribui para o acúmulo de água pluviais, favorecendo a proliferação de mosquitos transmissores de doenças;

CONSIDERANDO que em razão do pátio do DETRAN de Sonora encontrar-se lotado, os trabalhos de fiscalização desenvolvidos pela Polícia Militar estão sendo prejudicados, visto que foram informados acerca da impossibilidade de encaminharem veículos apreendidos e retidos;

CONSIDERANDO que o policiamento e fiscalização desenvolvidos pela Polícia Militar, visando o efetivo cumprimento da legislação de trânsito, estão sendo flagrantemente prejudicados pela impossibilidade de encaminhamento de veículos ao pátio do DETRAN nessa municipalidade;

CONSIDERANDO que ultimamente vem aumentando o número de acidentes automobilísticos nesta urbe, em razão de inúmeros fatores, dentre os quais identificação de pessoas alcoolizadas e desprovidas de carteira de habilitação, situações essas que estão colocando em risco as vidas dos usuários do trânsito deste município;

CONSIDERANDO que, para efetivo resguardo das disposições do Código de Trânsito Brasileiro, mostra-se imprescindível que todos os órgãos integrantes do Sistema Nacional de Trânsito cumpram suas esferas de atribuição, em especial que o Departamento Estadual de Trânsito promova a realização periódica de alienação em hasta pública dos veículos apreendidos, removidos ou retidos no pátio do DETRAN em Sonora, conforme preconiza a Resolução n.º 331/2009 do CONTRAN e artigo 328 da Lei n.º 9.503/1997;

O Ministério Público Estadual, por seu promotor de justiça que ao final subscreve, com fundamento no artigo 29, IV da Lei Complementar Estadual n.º 072 de 19/01/94, artigo 44 da Resolução n.º 015-PGJ de 27/11/07 e artigo 4º, inciso IX, da Resolução 20/2007, do Conselho Nacional do Ministério Público, visando à regularização da situação acima descrita, RECOMENDA ao Diretor-Presidente do DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE MATO GROSSO DO SUL - DETRAN/MS, Sr. Luiz Carlos da Rocha Lima:

a) iniciar, no prazo de 20 (vinte) dias, a imediata adoção das providências preconizadas na Resolução CONTRAN n.º 331 de 14 de Agosto de 2009, de modo a oportunizar a realização de leilão dos veículos retidos, removidos e apreendidos que se encontram há mais de 90 (noventa) dias no pátio do DETRAN do município de Sonora;

b) assegurar, no prazo de 20 (vinte) dias, a imediata disponibilização de local para assegurar o acondicionamento de novos veículos que venham a ser retidos, removidos ou apreendidos pelas atividades fiscalizatórias implementadas pela Polícia Militar no município de Sonora, visando o efetivo resguardo da segurança no trânsito e cumprimento do Código de Trânsito Brasileiro CTB, de modo a não prejudicar os trabalhos desenvolvidos por esse órgão que integra o Sistema Nacional de Trânsito

Em caso de não acatamento desta Recomendação, o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul informa que irá adotar as medidas legais por omissão no dever de agir, mediante o ajuizamento da ação civil pública.

Por fim, nos termos do art. 45, caput e parágrafo único, da Resolução n. 015/2007/PGJ, aguarda-se o prazo de 15 (quinze) dias para que o recomendado responda, por escrito, a este expediente, devendo providenciar, *incontinenti*, a divulgação adequada e imediata da presente recomendação em todos os meios de comunicação disponíveis, sem prejuízo da publicação que será providenciada pelo próprio Ministério Público Estadual.

Sonora, 28 de março de 2019.

ADRIANO BARROZO DA SILVA
Promotor de Justiça